

BOLETIM DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

Nº 14

2º TRIMESTRE DE 2023



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PUCRS

LABORATÓRIO DE DESIGUALDADES, POBREZA
E MERCADO DE TRABALHO - DATA SOCIAL



**Red
ODSAL**
Red de Observatorios de la Deuda
Social en América Latina desde sus
Universidades Católicas

SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes.

Boletim Desigualdade nas Metr6poles. Porto Alegre/RS, n. 14, 2023

Disponível em:
<<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>>
<<http://www.pucrs.br/datasocial>>

*As manifestações expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posição das instituições envolvidas no projeto.

FICHA TÉCNICA

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Andre Ricardo Salata
Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metr6poles
Pesquisador da Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro
Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Coordenador do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles

MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA

Paula Guedes Martins Ferreira
Pesquisadora bolsista do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles
Roberta Presser Potrick Eberhardt
Doutoranda em Ciências Sociais na PUCRS

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Observatório das Metr6poles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)
PUCRS-Data Social: laboratório de desigualdades, pobreza e mercado de trabalho.
Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

FOMENTO

Fundação PORTICUS
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

AGRADECIMENTOS

Data Zoom (<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/>)

CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING)

PUCRS (ASCOM)
imprensa@pucrs.br / ascom@pucrs.br
(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunicação Observatório das Metr6poles
comunicacao@observatoriodasmetrolopes.net

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

1 A desigualdade de renda mensurada pelo coeficiente de Gini, para o conjunto das regiões metropolitanas, ficou em 0,626, no 2º trimestre de 2023, dando continuidade à tendência de elevação observada ao longo dos seis últimos trimestres, desde o 1º trimestre de 2022.

2 A média de rendimentos do conjunto das regiões metropolitanas se manteve estável nos três últimos trimestres, alcançando o valor de R\$1.701,86 no 2º trimestre de 2023, que é o maior dos últimos 3 anos e o segundo maior da série histórica.

3 Esse padrão de estabilidade foi registrado também para os estratos superior e inferior de renda – 40% mais pobres e 10% mais ricos – enquanto o estrato intermediário – 50% intermediários – apresentou aumento do seu rendimento médio, para o conjunto das regiões metropolitanas. Os 40% mais pobres alcançaram rendimento médio per capita no valor de R\$255,35, os 50% intermediários, R\$1.586,85, e os 10% mais ricos, R\$8.183,29.

4 A razão de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, outro indicador de desigualdade abordado neste Boletim, alcançou 31,3, no 2º trimestre de 2023. Isso significa que os 10% mais ricos ganhavam, em média, 31,3 vezes mais que os 40% mais pobres. Essa razão apresentou crescimento ao longo dos anos de 2022 e 2023, enquanto em 2021 havia comportamento de redução.

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

5

O percentual de pessoas morando em domicílios com renda per capita do trabalho de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo subiu para 24,2%, no 2º trimestre de 2023. Trata-se da retomada de patamar em relação ao registrado no trimestre imediatamente anterior à pandemia, mas ainda distante do nível encontrado no início da série histórica, de 2012 até 2014, quando aquela razão variava entre 17% e 19%. Em termos absolutos, no 2º trimestre de 2023, o número de moradores de domicílios com rendimento de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo correspondia a 20,5 milhões de pessoas, superior aos 18,9 milhões registrados no mesmo trimestre de 2019.

01 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como recentemente reconhecido por instituições como o FMI¹ e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade

do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das regiões metropolitanas do país². E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso demográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as regiões metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável de seus habitantes. Como elemento constituinte e

1 Fundo Monetário Internacional.

2 Ver notas metodológicas, abaixo.

basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O Boletim – Desigualdade nas Metrôpoles tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das regiões metropolitanas do país. E, como fim último desta publicação, esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial de sua divulgação trimestral. À cada trimestre, então, os dados serão atualizados e divulgados em novos boletins. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo³.

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: INCT Observatório das Metrôpoles, o PUCRS-Data Social, e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em nossos boletins, e com o intuito de atingir um público

mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

3 Ver notas metodológicas, abaixo.

NOTAS METODOLÓGICAS

1

A fim de manter a comparabilidade com a série histórica da PNAD tradicional, e também com o intuito de garantir uma maior estabilidade da medida, trabalhamos com os rendimentos habituais do trabalho, e não os efetivos. Ao utilizar a divulgação trimestral da PNADc, que nos garante uma menor defasagem dos dados, temos acesso apenas aos rendimentos do trabalho (formal e/ou informal), não incluindo, portanto, os rendimentos de outras fontes – estes presentes na divulgação anual. Para o cálculo das estatísticas de desigualdade, damos preferência ao uso da renda domiciliar per capita do trabalho.

2

Por estarmos trabalhando somente com os rendimentos do trabalho, é preciso muita cautela na interpretação dos dados. Apesar de a renda do trabalho corresponder a mais de 70% dos rendimentos totais, seu peso relativo não é homogêneo entre os diferentes estratos. Por essa razão, a desigualdade calculada somente a partir desta fonte de rendimentos tende a ser maior do que a desigualdade calculada por meio dos rendimentos totais. Também por isso, a própria evolução das desigualdades é diferente quando consideramos os demais tipos de rendimento. Conforme algumas análises recentes já demonstraram para o conjunto do país, os rendimentos de outras fontes, como de políticas sociais de transferência de renda, têm sido capazes de compensar o aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho. Portanto, é muito importante frisar que os dados aqui apresentados mostram qual o nível e evolução das desigualdades resultantes da dinâmica do mercado de trabalho.

3

Trabalhamos com todas as regiões metropolitanas para as quais temos dados representativos nas PNADs contínuas, produzidas pelo IBGE. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como regiões metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as regiões metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento das PNADs contínuas, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

02 COEFICIENTE DE GINI

O coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda, e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Nas figuras 1 e 2 estão expostos, respectivamente, os gráficos da evolução do coeficiente de Gini da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos para o conjunto das regiões metropolitanas e a evolução da média móvel de quatro trimestres do coeficiente de Gini, entre os trimestres de 2012 e de 2023, o que permite observar melhor as tendências de longo prazo.

Na figura 1, o que se constata é que o coeficiente de Gini se manteve relativamente estável entre o início da série até o 2º trimestre de 2015. A partir desse momento, se eleva de forma suave e mais ou menos constante até o 1º trimestre de 2020. Nos dois trimestres seguintes de 2020, no momento inicial da pandemia da Covid-19, ocorreu significativo aumento do Gini, alcançando o maior valor da série histórica: 0,661. Do último trimestre de 2020 até o 1º trimestre de 2022, se percebe uma redução constante desse coeficiente, chegando

a 0,613. Ao longo dos trimestres de 2022 e 2023 se verifica um pequeno, mas constante, aumento.

O coeficiente de Gini registrado no trimestre mais recente é de 0,626, valor um pouco maior do que os alcançados antes de se registrarem os efeitos da pandemia, em 2018 e 2019. Em que pese se tratar de um valor muito alto, expressando uma elevada desigualdade de renda, esse patamar aponta para uma superação da variação registrada durante o período pandêmico.

Na figura 2, fica evidenciado o comportamento de aumento contínuo do Gini entre o 3º trimestre de 2015 e o 4º trimestre de 2019, assim como o aumento abrupto que ocorreu entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021. Esse comportamento aponta para a elevação expressiva das desigualdades de renda oriundas do trabalho no conjunto das regiões metropolitanas do país decorrente da crise econômica existente desde 2015 e aprofundada pela pandemia da Covid-19 a partir de 2020. Do 1º trimestre de 2021 até o 3º trimestre de 2022, o comportamento da média móvel do coeficiente de Gini foi de queda. A média móvel encontrada no 2º trimestre de 2023 – de 0,622 – indica a continuidade do perfil de crescimento dos últimos três trimestres.

Na figura 3, está exposta a evolução da média móvel do coeficiente de Gini para cada uma das regiões metropolitanas, agrupadas pelas macrorregiões

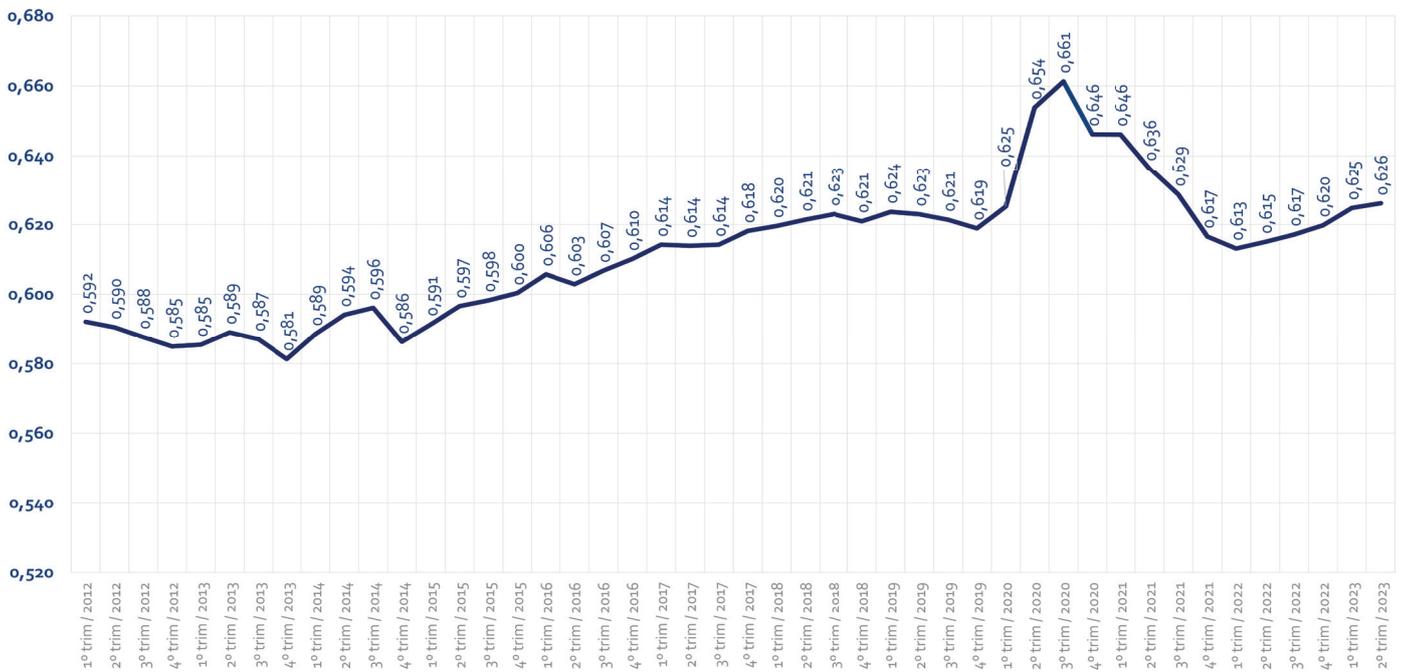


FIGURA 1: Evolução da média do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

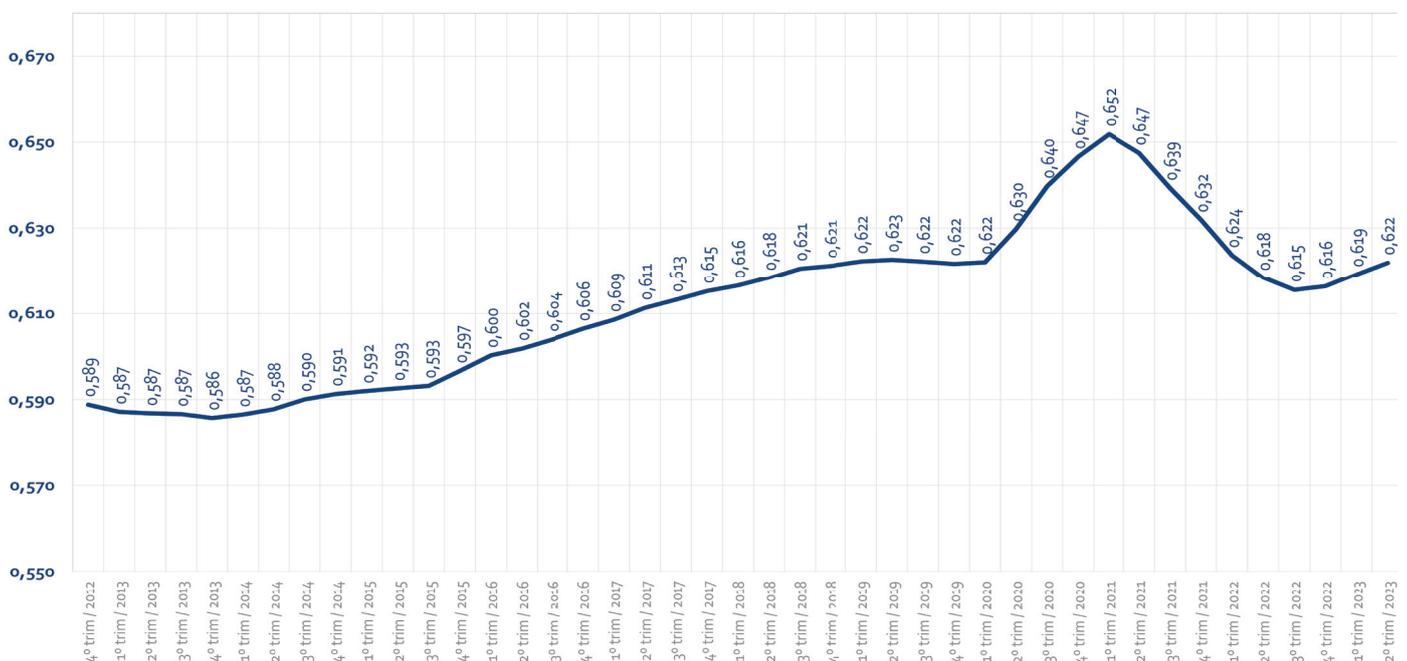


FIGURA 2: Evolução do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

geográficas Norte, Nordeste⁴, Sudeste, Sul e Centro-oeste. O objetivo deste conjunto de gráficos é expressar o comportamento da evolução das desigualdades de cada uma das Regiões Metropolitanas ao longo da série histórica.

No começo da série histórica, no 4º trimestre de 2012, a Região Metropolitana de Manaus apresentava o maior nível de desigualdade medida pelo coeficiente de Gini entre as metrópoles da região Norte, seguida por Macapá e, por último, Belém. Essas posições permaneceram até o 3º trimestre de 2018, quando a Região Metropolitana de Belém ultrapassou o Gini da Região Metropolitana de Manaus. Ao longo do período da pandemia, o coeficiente de Gini se elevou abruptamente nas Regiões Metropolitanas de Manaus e Belém, conforme o comportamento nacional. Em Manaus se verificou uma queda constante no índice ao longo de 2021 e essa manutenção em 2022, com um leve aumento em 2023. No 2º trimestre de 2023 a Região Metropolitana de Belém apresentou o maior nível da média móvel do coeficiente de Gini da macrorregião [0,623], seguida pela Região Metropolitana de Manaus [0,581] e, por último, pela Região Metropolitana de Macapá [0,570].

4 Em função do grande número de regiões metropolitanas no Nordeste, e a fim de facilitar a visualização dos dados, decidimos por separá-los em dois gráficos distintos.

As regiões metropolitanas da região Nordeste I apresentaram trajetórias muito semelhantes ao longo da série histórica, com exceção da Região Metropolitana da Grande São Luís, que entre 2014 e 2017 registrou um patamar menos elevado de desigualdade. Entre o quarto trimestre de 2012 e o 2º trimestre de 2021 todas as regiões metropolitanas apresentaram aumento no coeficiente de Gini, porém a ordem entre elas sofreu alteração. Durante o período pandêmico, as metrópoles que tiveram maiores elevações no coeficiente de Gini foram João Pessoa e Grande São Luís, mas se reduziram parcialmente ao longo de 2021 e 2022. No 2º trimestre de 2023 a Região Metropolitana de João Pessoa apresentou o maior nível da média móvel do coeficiente de Gini da macrorregião [0,653], seguida pelas Regiões Metropolitanas de Natal [0,644], Fortaleza [0,634], Grande São Luís [0,628] e Teresina [0,627].

As Regiões Metropolitanas da região Nordeste II também apresentaram trajetórias semelhantes ao longo da série histórica, apesar de certas oscilações entre um trimestre e outro. Ao longo do período da pandemia, as maiores elevações foram registradas nas Regiões Metropolitanas de Recife e Aracaju, mas com relativa recuperação nos anos seguintes, em especial para Recife e Maceió, que alcançaram os menores coeficientes da região em 2022. Dessa forma, no 2º trimestre de 2023, o maior valor da média móvel foi registrado em Aracaju

[0,662], seguida por e Salvador [0,641], Recife [0,628] e Maceió [0,615].

Na região Sudeste, se nota a elevação da desigualdade de renda no período, puxada principalmente pelo aumento das desigualdades nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso faz com que essas duas regiões metropolitanas se destaquem das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e da Grande Vitória nos últimos anos. Esse processo se aprofundou ao longo de 2020, quando se verificou a elevação acentuada da média móvel ao longo de 2020 em todas as metrópoles, mas foi seguido por uma aproximação da metrópole de São Paulo do restante, através da redução do coeficiente ao longo de 2021 e 2022. Mantendo a ordem registrada desde o início de 2020, no 2º trimestre de 2023, a região metropolitana do Rio de Janeiro registrou o maior valor da média móvel da região [0,635], seguida das Regiões Metropolitanas de São Paulo [0,613], Grande Vitória [0,592] e Belo Horizonte [0,587].

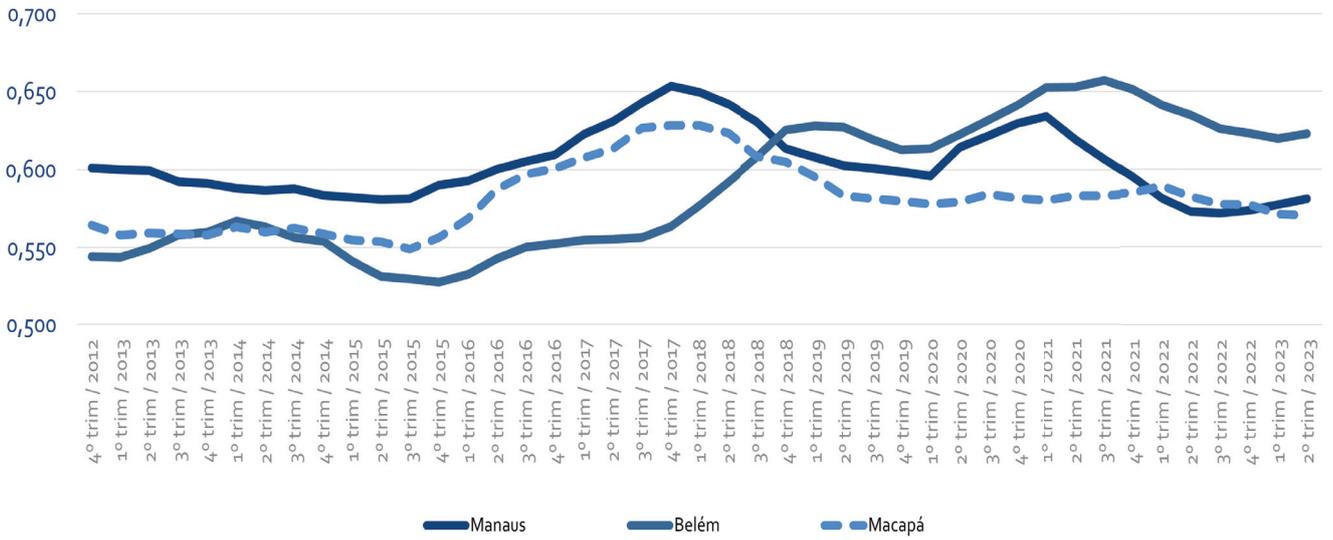
A região Sul apresentou os menores níveis de desigualdade entre as regiões geográficas, de modo que a série histórica se manteve abaixo de 0,6 para as três regiões metropolitanas durante a maior parte do período com exceção dos 5 trimestres seguintes ao 3º trimestre de 2020, quando esse patamar foi superado pela Região Metropolitana de Porto Alegre. No período da pandemia, a Região Metropolitana de Florianópolis registrou um forte aumento no coeficiente de Gini

e, ainda, apresentou valores muito superiores aos registrados em 2019, se diferenciando das outras regiões que tiveram um comportamento mais estável. Apesar do aumento, a metrópole de Florianópolis não superou os valores registrados em Porto Alegre e voltou a ser a região com menor coeficiente após a pandemia. No 2º trimestre de 2023, a região metropolitana de Porto Alegre apresentou a maior média móvel da macrorregião [0,577], seguida das Regiões Metropolitanas de Curitiba [0,560] e Florianópolis [0,552].

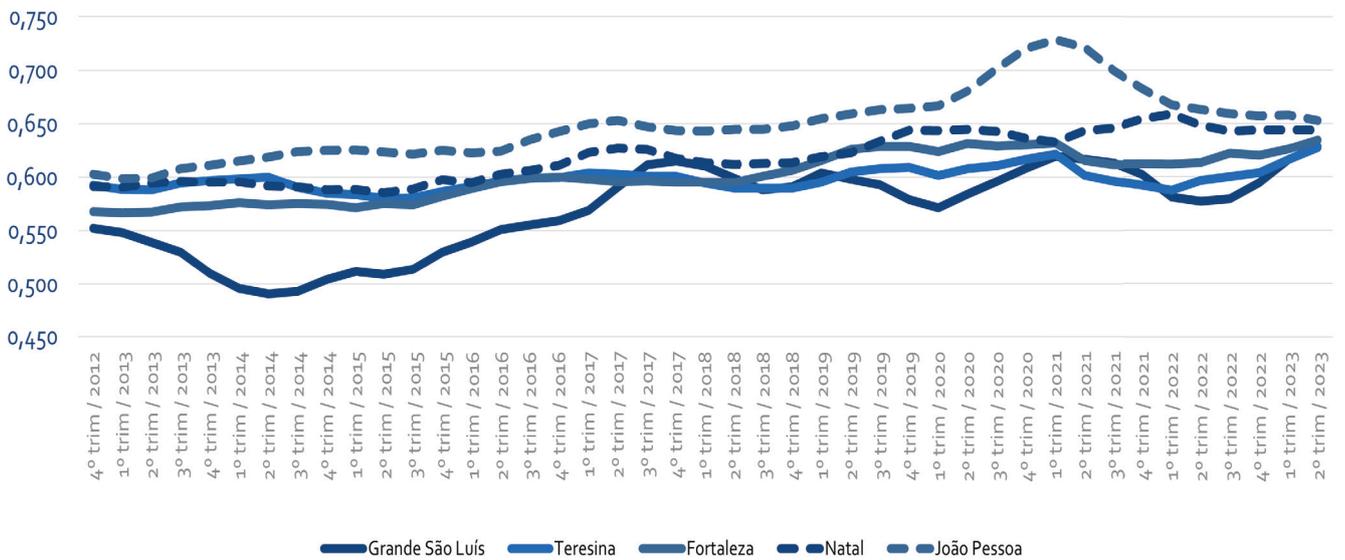
A região Centro-Oeste apresentou a maior disparidade interna entre suas regiões metropolitanas, com a distância no comportamento da desigualdade do Distrito Federal em relação às outras duas Regiões Metropolitanas. As Regiões Metropolitanas do Vale do Rio Cuiabá e de Goiânia apresentaram índices mais baixos de desigualdade de renda, principalmente até 2016. Em 2020, a Região Metropolitana de Goiânia teve um elevado crescimento da desigualdade, superando a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, que teve uma expressiva redução do coeficiente em 2021, seguida de um relativo crescimento em 2022. Dessa forma, os valores das médias móveis do coeficiente de Gini para essas Regiões Metropolitanas no 2º trimestre de 2023 foram: 0,605 para o Distrito Federal, 0,567 para Goiânia e 0,546 para o Vale do Rio Cuiabá.

Na figura 4, estão expostos o coeficiente de Gini para cada uma das regiões metropolitanas nos 2º trimestres

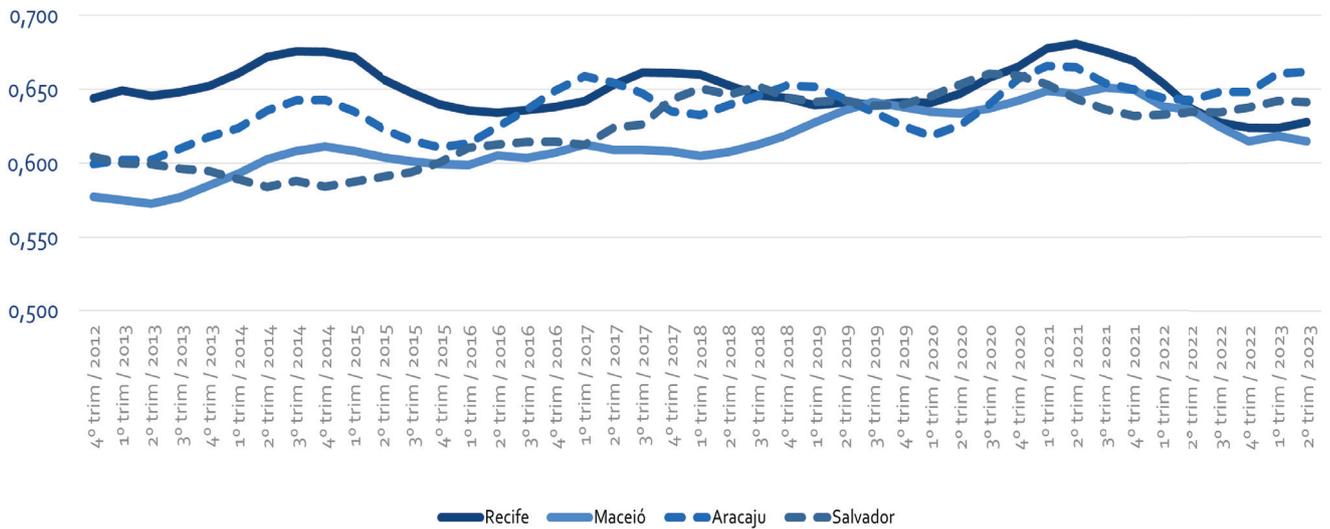
Região Norte



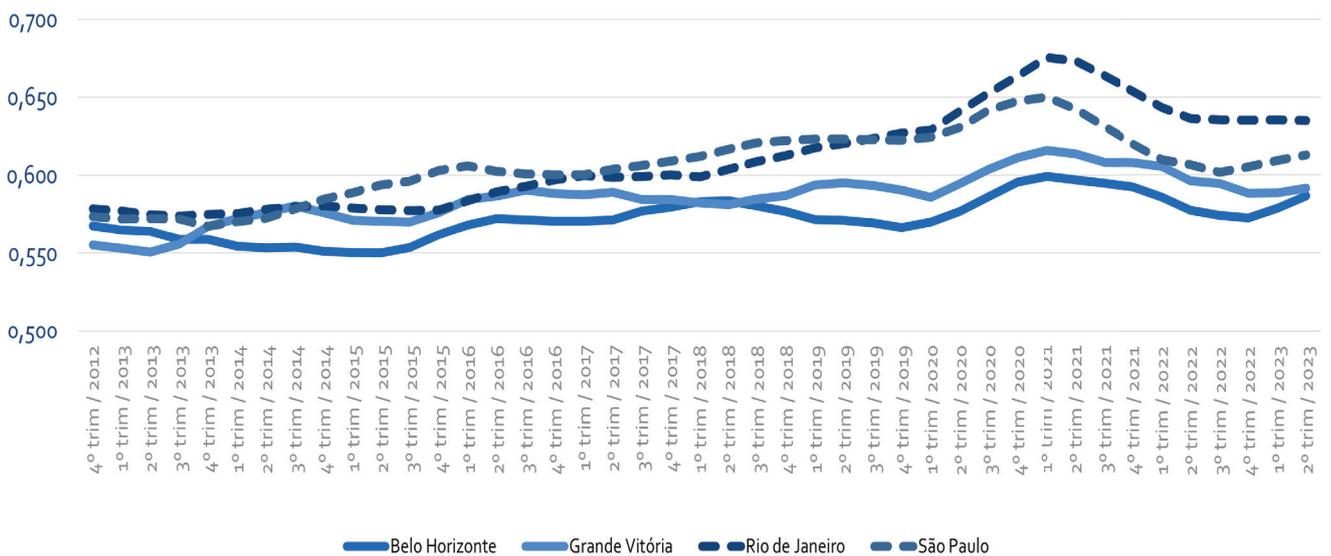
Região Nordeste I



Região Nordeste II



Região Sudeste



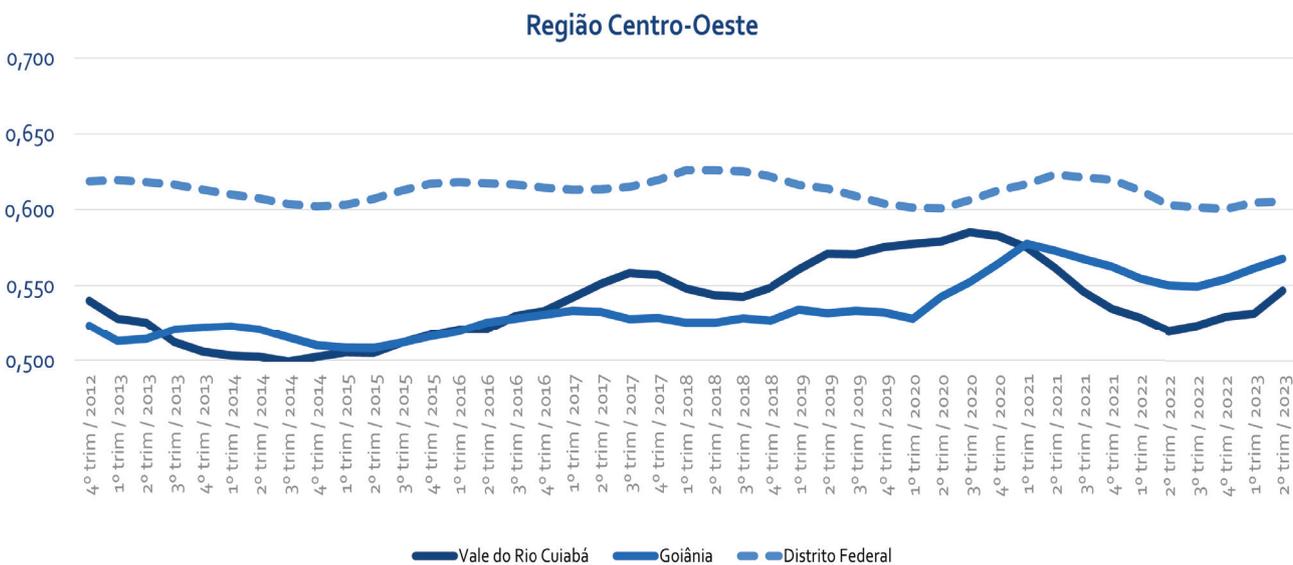
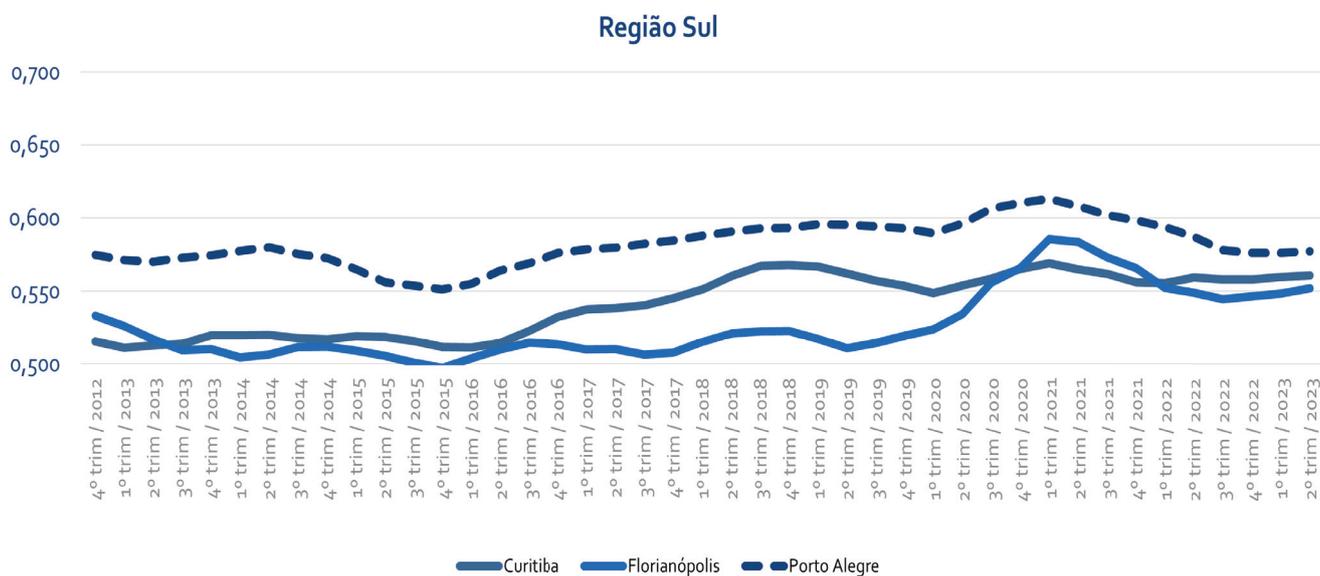


FIGURA 3: Evolução do coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas por Região Geográfica (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

de 2022 e 2023, permitindo comparar a evolução da desigualdade de renda ao longo dos últimos quatro trimestres. Na comparação entre os dois períodos, a desigualdade de renda apresentou um aumento de 1,8% entre o 2º trimestre de 2022 e o 2º trimestre de 2023 no conjunto das regiões metropolitanas, indicando um pequeno crescimento da desigualdade de renda medida pelo Coeficiente de Gini. Embora as metrópoles apresentem comportamentos diferentes, na maior parte delas (17 dentre as 22) se verificou o mesmo padrão de crescimento. Esse crescimento foi superior a 5% nas Regiões Metropolitanas de Vale do Rio Cuiabá [12,1%], Grande São Luís [8%], Teresina [7,4%], Belo Horizonte [5,7%] e Fortaleza [5,4%].

As cinco metrópoles mais desiguais no 2º trimestre de 2023 foram, em ordem decrescente de desigualdade de renda: Aracaju [0,654], João Pessoa [0,652], Teresina [0,646], Belém [0,641] e Salvador [0,640]. Já as cinco metrópoles menos desiguais, em ordem decrescente de desigualdade de renda, foram as seguintes: Goiânia [0,572], Curitiba [0,571], Macapá [0,562], Vale do Rio Cuiabá [0,560] e Florianópolis [0,552].

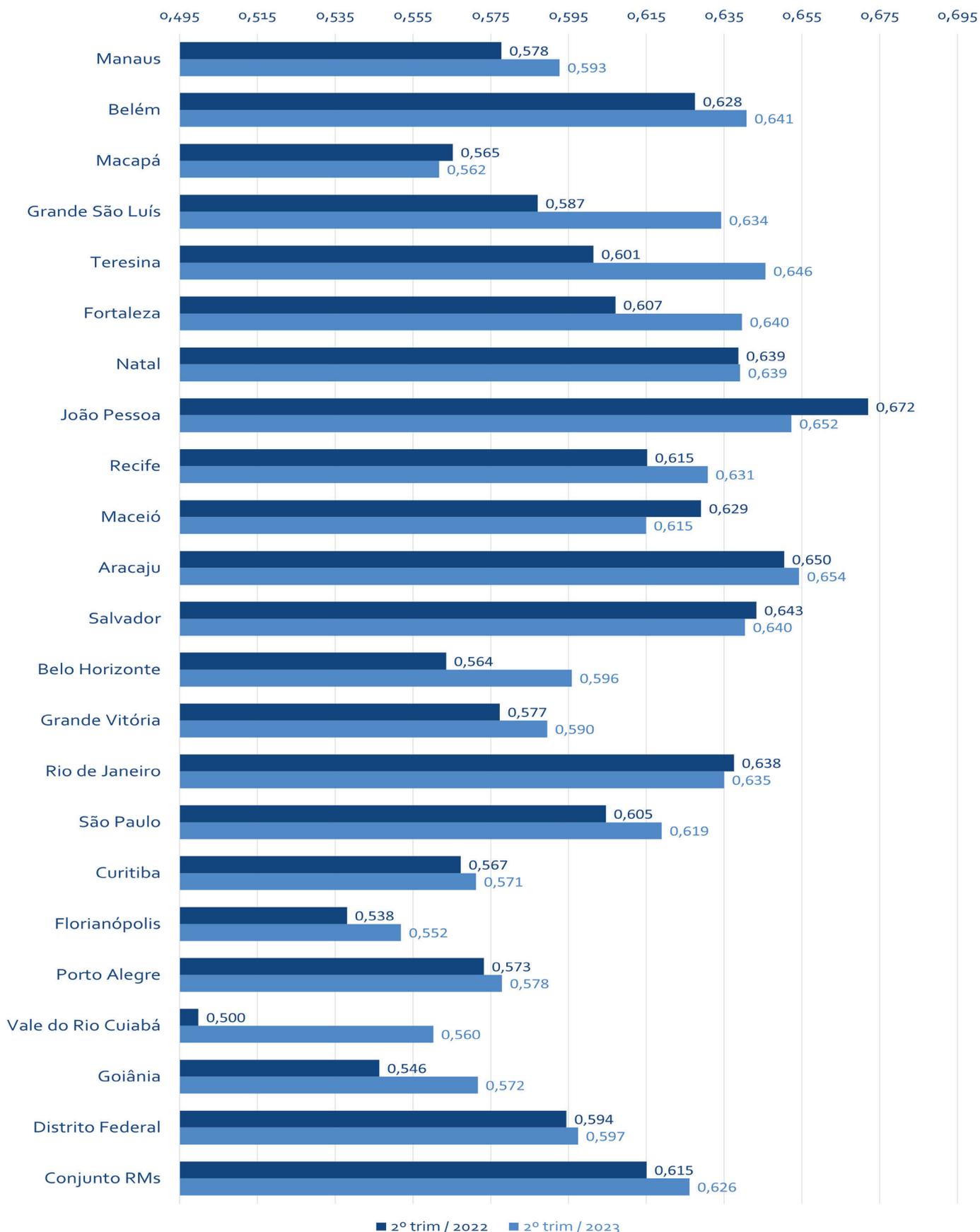


FIGURA 4: Coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

03 ESTRATOS DE RENDIMENTO

Nesta seção, são apresentadas a média e a variação recente dos rendimentos de três estratos de renda⁵: os 40% da base da distribuição de renda, considerados os mais pobres, os 50% intermediários e os 10% do topo da distribuição, considerados os mais ricos. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato dos mais ricos e dos mais pobres. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, apresentadas na seção anterior. O coeficiente de Gini tem a vantagem de resumir toda a desigualdade da distribuição em um único valor. Porém, como índice sintético não permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período analisado.

Na figura 5, está plotada a evolução da média de rendimentos para o conjunto das regiões metropolitanas. O rendimento médio cresceu entre 2012 e 2014, se reduziu entre 2014 e 2017 e cresceu novamente entre 2017 e 2019, quando começou a cair e passou a sofrer uma queda brusca em 2020, principalmente entre o 1º e 2º trimestres, como efeito da pandemia da Covid-19. Nos quatro trimestres subsequentes, se verificou um padrão de estabilidade com a média de rendimentos fluando em torno de R\$1.550, seguido de uma pequena queda até o 1º trimestre de 2022. Nos três

primeiros trimestres de 2022, se registraram aumentos expressivos e a renda média chegou ao valor de R\$1.700, que foi o maior dos últimos 3 anos e o segundo maior da série histórica. Nos dois trimestres de 2023, os rendimentos se mantiveram nesse patamar, indicando uma estabilidade em valores relativamente elevado. Na figura 6, está exposta a média da renda domiciliar per capita para cada uma das regiões metropolitanas do Brasil e para o seu conjunto nos 2º trimestres de 2022 e 2023. Para o conjunto das regiões metropolitanas, a renda domiciliar per capita teve uma elevação de 7,9% no período. Em dezenove das vinte e duas metrópoles, também foi constatada uma variação positiva. O aumento foi mais elevado nas Regiões Metropolitanas de Goiânia [25,6%], Teresina [23,2%], Belo Horizonte [17,7%], Recife [16,8%] e Macapá [15,8%].

Na comparação macrorregional brasileira, as regiões metropolitanas que apresentaram os menores níveis de renda média domiciliar per capita no 2º trimestre de 2023 foram aquelas situadas nas regiões Norte e Nordeste.

Todas elas apresentaram nível de renda média domiciliar per capita abaixo da média do conjunto das regiões metropolitanas. Em ordem decrescente, as cinco Regiões Metropolitanas que apresentaram os menores níveis de renda média foram: Natal [R\$ 1.058], Maceió [R\$ 1.016], Manaus [R\$1.003], Recife [R\$ 981] e

5 Definidos a partir das informações de rendimento domiciliar per capita do trabalho.

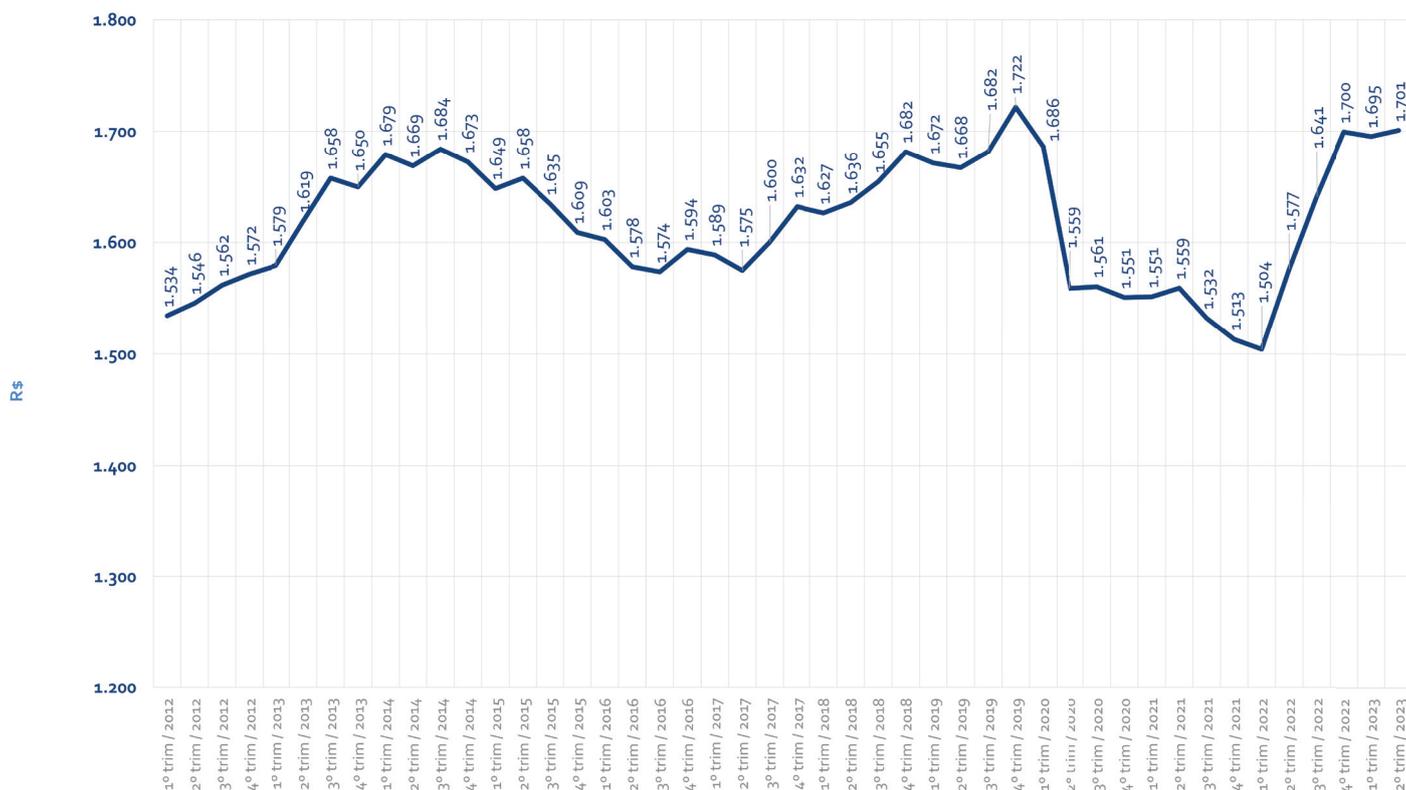


FIGURA 5: Evolução da média de rendimentos* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

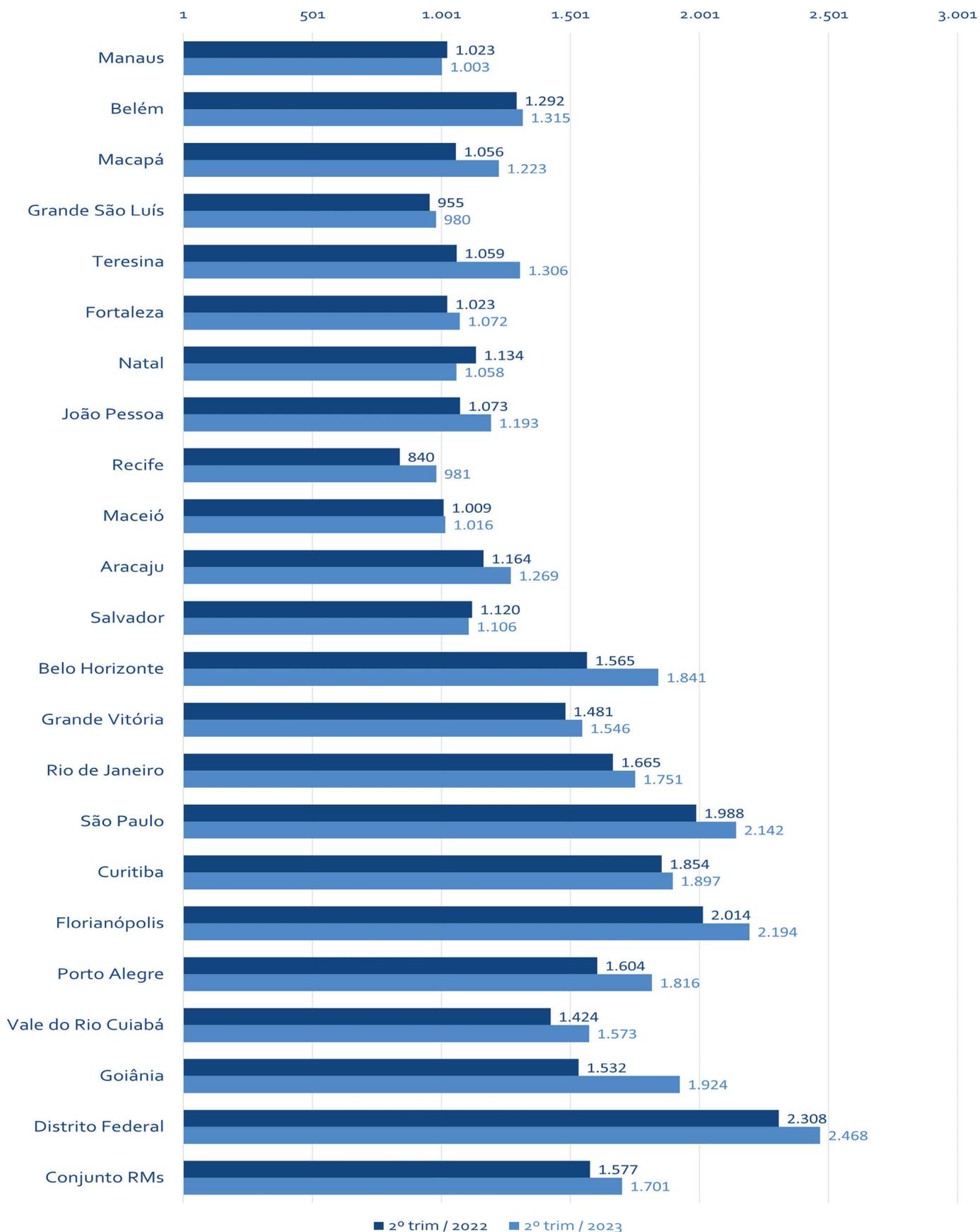


FIGURA 6: Média da renda domiciliar per capita* - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

Grande São Luís [R\$ 980]. As Regiões Metropolitanas que apresentaram os maiores níveis de rendimento médio, situando-se acima da média do conjunto das metrópoles, foram, em ordem crescente, Curitiba [R\$ 1.897], Goiânia [R\$ 1.924], São Paulo [R\$ 2.142], Florianópolis [R\$ 2.194] e Distrito Federal [R\$ 2.468].

Na figura 7, está exposto o rendimento médio per capita segundo os estratos de renda dos 40% da base da distribuição, dos 50% intermediários e dos 10% do topo, para o conjunto das regiões metropolitanas, nos 2º trimestres de 2022 e 2023. Para os 40% mais pobres, o rendimento médio variou entre R\$250,46 e R\$255,35 em um ano, variando positivamente 2% no período. O estrato de renda intermediário registrou crescimento dos rendimentos de 8,1% no ano, alcançando R\$ 1.586,85. O estrato de renda dos 10% mais ricos teve crescimento levemente superior, de 10%, e chegou a R\$ 8.183,29.

Na figura 8, temos a variação percentual do rendimento médio per capita ao longo dos últimos três anos – do 2º trimestre de 2020 ao 2º trimestre de 2023 – em relação ao 1º trimestre de 2020, aquele imediatamente anterior à crise sanitária, segundo os estratos de renda. O que se nota é que todos os estratos apresentaram perdas na renda média imediatamente após o início da crise.

A perda de renda foi mais abrupta para o estrato mais pobre, que reduziu seu rendimento médio em 34,1% entre o 1º e o 3º trimestre de 2020. A partir desse

período, houve permanente aumento do rendimento médio, o que permitiu atingir nível de renda no final da série histórica em patamar próximo ao observado no 1º trimestre de 2020. Para o estrato intermediário, o impacto da pandemia sobre a renda foi menor, redução de 9,1%, entre o 1º e o 3º trimestre de 2020. Houve elevação da renda a partir de então, mas somente do 3º trimestre de 2022 em diante é que o nível de renda se tornou maior do que o verificado no 1º trimestre de 2020. Para o estrato mais rico, o impacto maior sobre a renda ocorreu dois anos após o início da emergência sanitária. No 1º trimestre de 2022, se registrou o menor nível de renda desde o 1º trimestre de 2020, com redução de 15,2% nesses dois anos. A partir desse período, o comportamento da renda foi de elevação, mas, mesmo assim, sem atingir o valor registrado no 1º trimestre de 2020.

Para entender de forma mais profunda a evolução do rendimento médio exposta nos últimos gráficos, nas figuras 9, 10 e 11 estão expostas a evolução das médias dos rendimentos para o conjunto das regiões metropolitanas para os três estratos de renda entre o 1º trimestre de 2012 e o 2º trimestre de 2023. Para o estrato mais pobre, exposto na figura 9, houve uma elevação do rendimento médio nos primeiros dois anos da série, até o 4º trimestre de 2013, seguida de um ano de estabilidade. A partir do 4º trimestre de 2014, houve um período de redução consecutiva no rendimento, que chegou a R\$262,02, no 2º trimestre de 2017. Esse valor

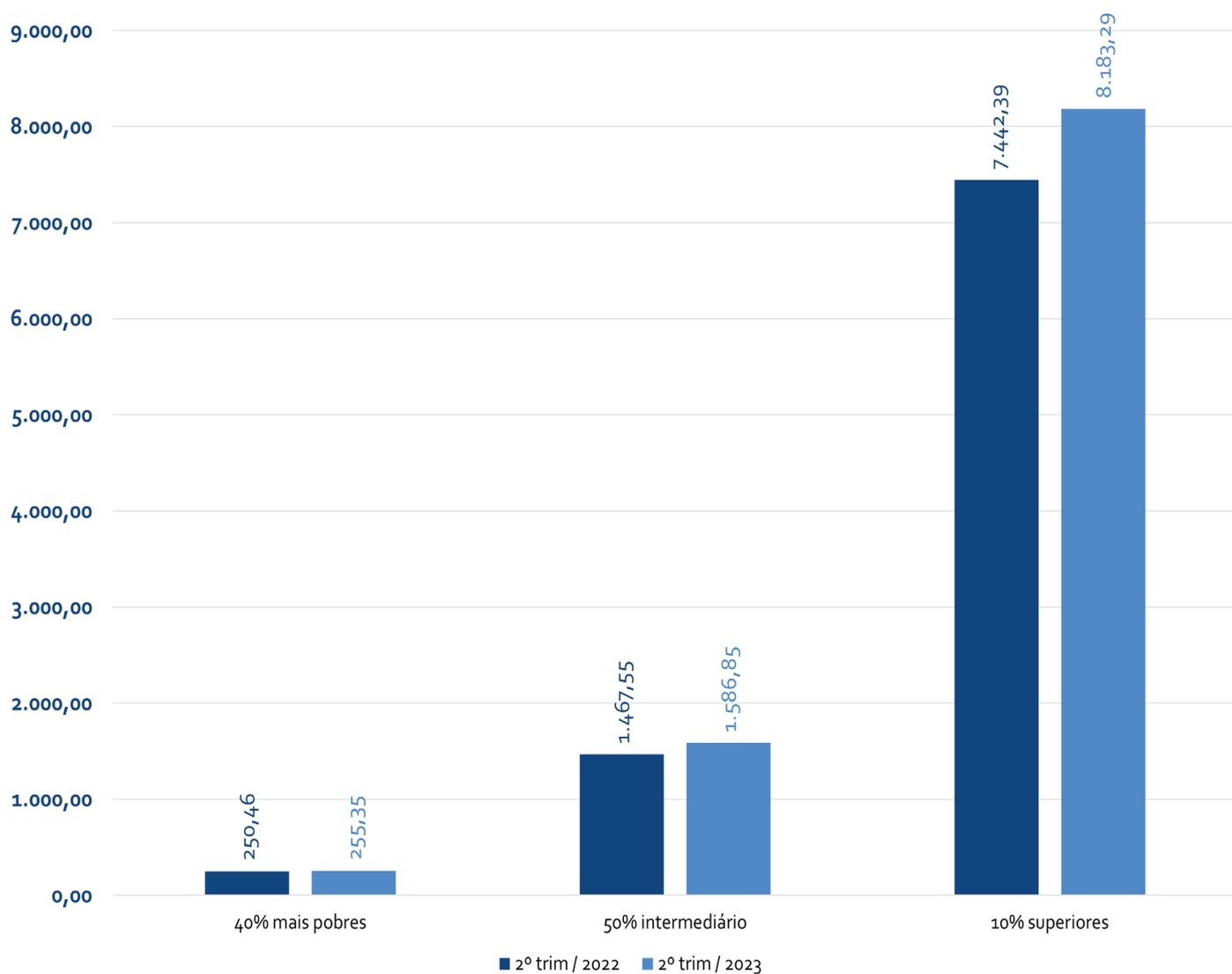


FIGURA 7: Média de rendimentos* por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

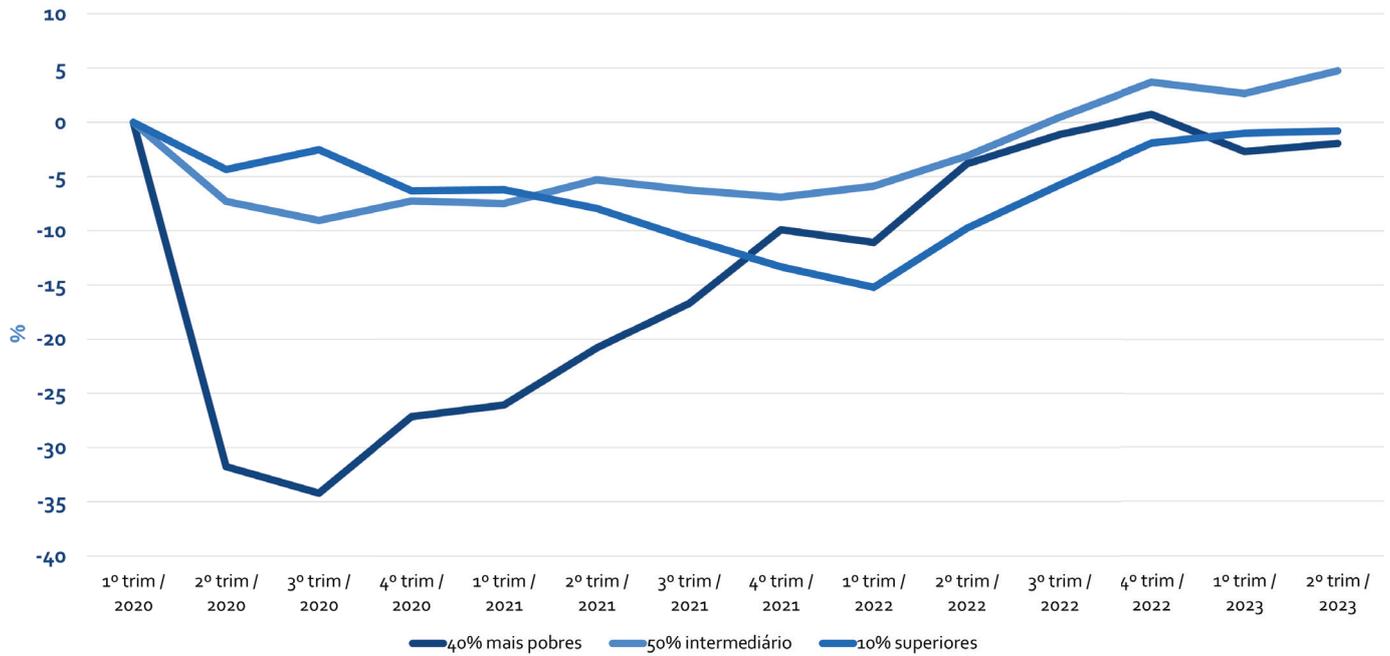


FIGURA 8: Perdas relativas na média de rendimentos* em relação ao valor encontrado no 1º trimestre de 2020, por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

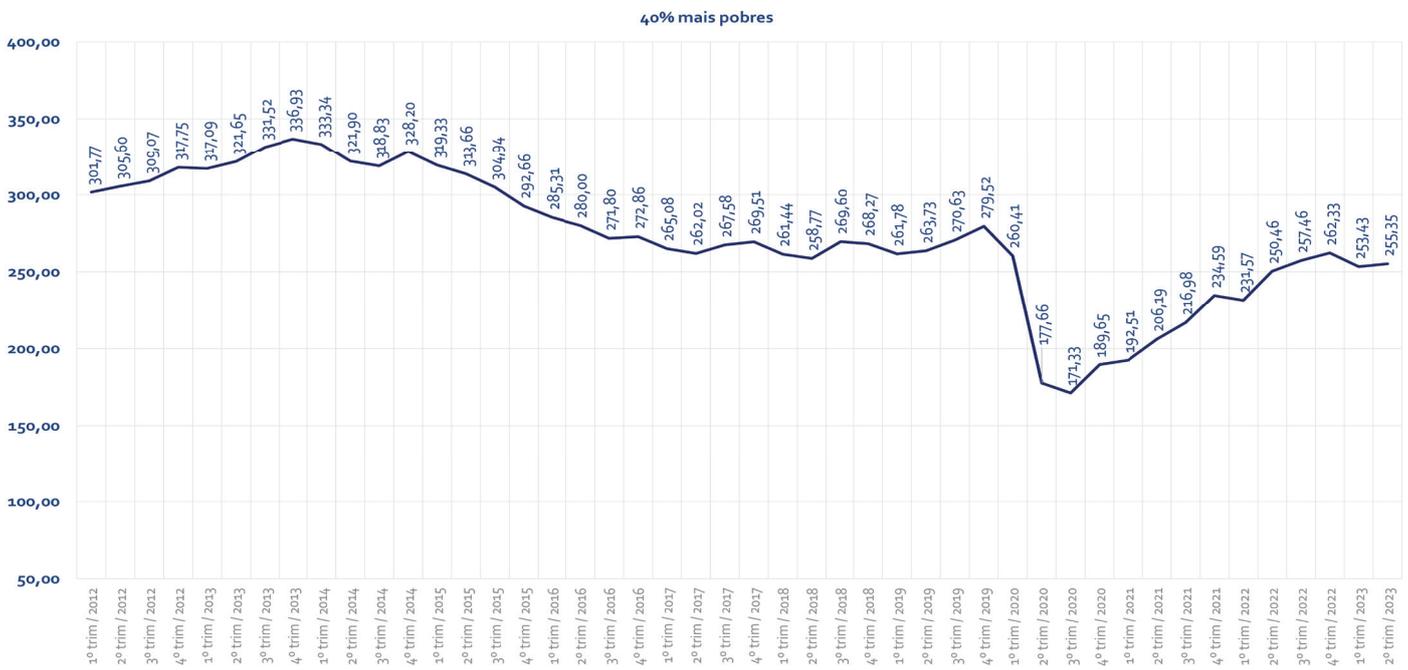


FIGURA 9: Média de rendimentos* dos 40% mais pobres – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

50% intermediário

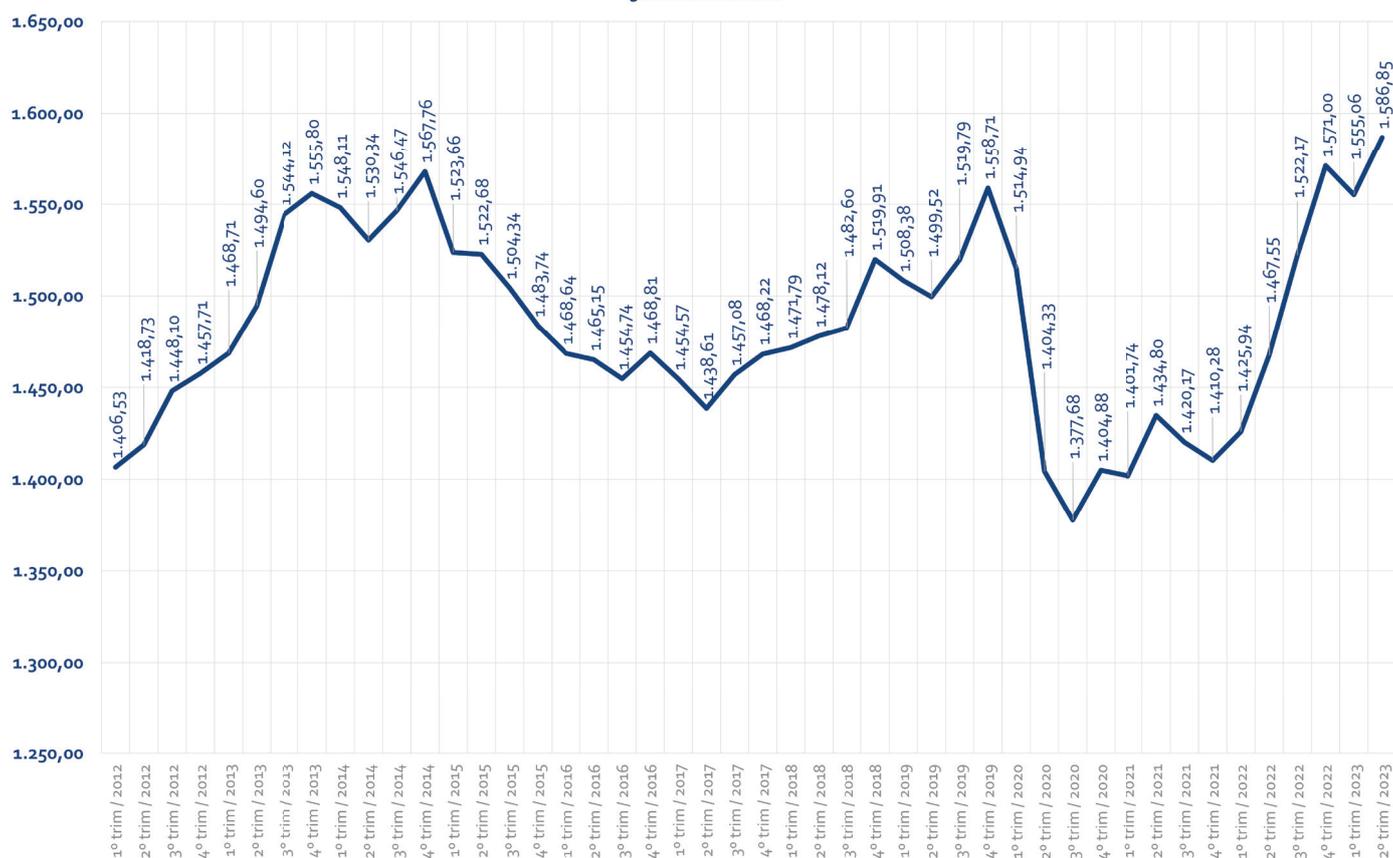


FIGURA 10: Média de rendimentos* dos 50% intermediários – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

se manteve relativamente estável até a abrupta queda registrada com a pandemia da COVID-19, quando foi registrado um novo mínimo histórico no 3º trimestre de 2020, de R\$171,33. A partir disso, o rendimento foi se elevando a cada trimestre, se estabilizando em cerca de R\$ 257 nos últimos quatro trimestres, valor próximo ao registrado ao longo de 2018 e 2019.

Para o estrato intermediário, exposto na figura 10, foi registrada uma elevação do rendimento médio entre o início da série histórica e o 4º trimestre de 2014, quando atingiu o máximo histórico até então. Nos anos seguintes, se registrou uma redução até o 2º trimestre de 2017, seguida de uma elevação até o último trimestre de 2019. A partir de 2020, se registraram os impactos da pandemia e o rendimento médio desse estrato atingiu o menor valor histórico, no 3º trimestre de 2020 [R\$1.377,68]. Ao longo de 2021, o rendimento médio oscilou em valores levemente maiores e, a partir de 2022 e 2023, se registraram crescimento sucessivos, alcançando R\$1.586,85, no trimestre mais recente, o maior valor da série histórica.

A evolução do rendimento médio do estrato mais alto está exposta na figura 11 e nela pode-se perceber que se trata da evolução mais instável entre os três estratos. Apesar das instabilidades, o que pode ser observado é que entre o 2º trimestre de 2013 e o 2º trimestre de 2017 houve flutuação no valor do rendimento médio em torno de R\$ 7.600. A partir deste trimestre, o

rendimento aumentou até o 4º trimestre de 2019, em que foi registrado o maior valor histórico [R\$ 8331,76]. Ao longo de 2020 e 2021, houve uma grande queda devido aos impactos da pandemia, assim como nos outros estratos. Contudo, o menor valor histórico foi registrado mais tarde em relação aos demais estratos, no 1º trimestre de 2022, quando alcançou R\$ 6.994,64. Ao longo de 2022 e 2023, esse valor voltou a crescer, chegando a R\$ 8.183,29, no 2º trimestre de 2023, embora não tenha atingido os valores registrados antes da pandemia.

A partir dos dados destas três figuras é possível compreender a evolução das desigualdades de renda ao longo dos anos de 2021 e 2022. Em 2021, conforme havia uma redução dos rendimentos do estrato mais rico e crescimento no rendimento dos outros estratos, foi possível perceber redução da desigualdade de renda. Já em 2022 e 2023, conforme ocorreu a retomada dos rendimentos dos 10% mais ricos em intensidade maior em relação aos outros estratos, a desigualdade de renda deixou de cair e adquiriu um padrão de pequena elevação.

A evolução da razão de rendimento entre o estrato mais rico (10% do topo da distribuição) e o estrato mais pobre (40% da base da distribuição), para o conjunto das regiões metropolitanas, está plotada na

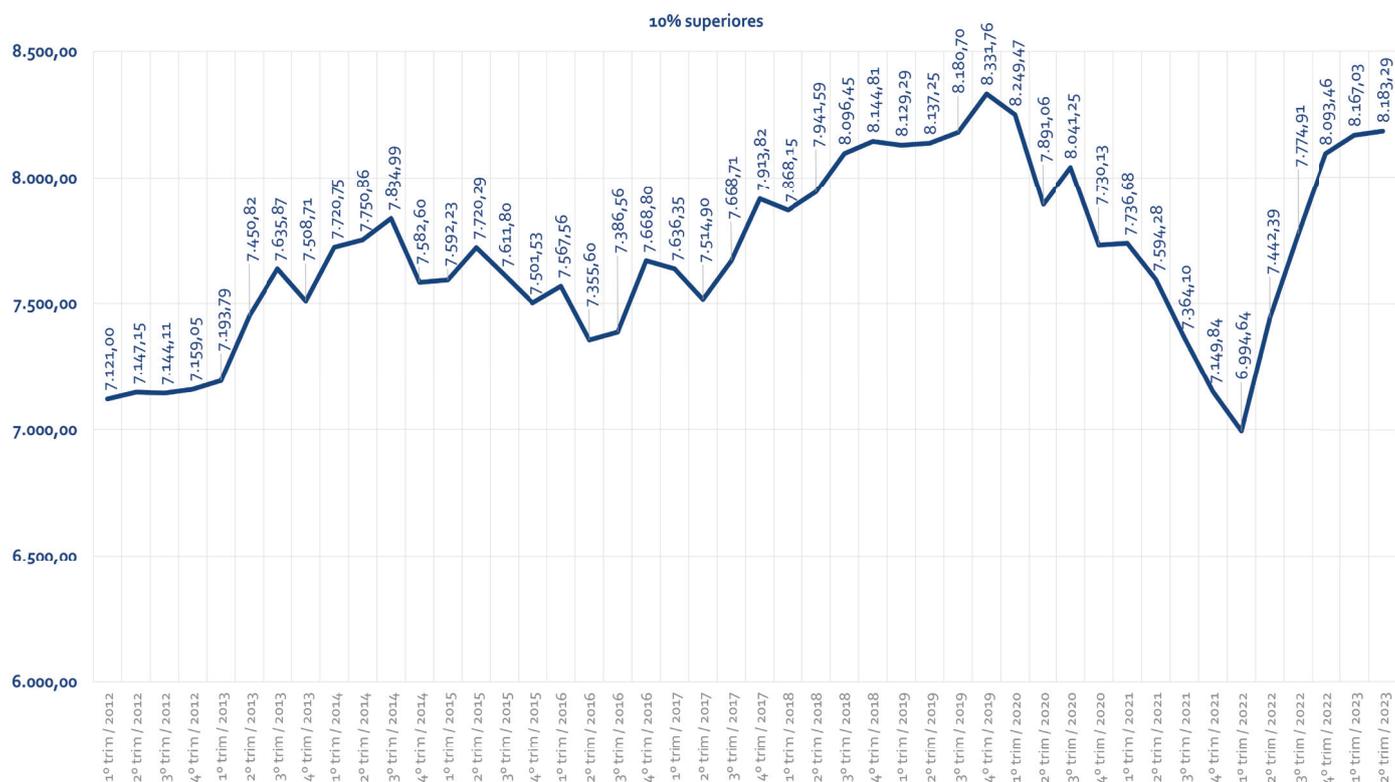


FIGURA 11: Média de rendimentos* dos 10% mais ricos – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

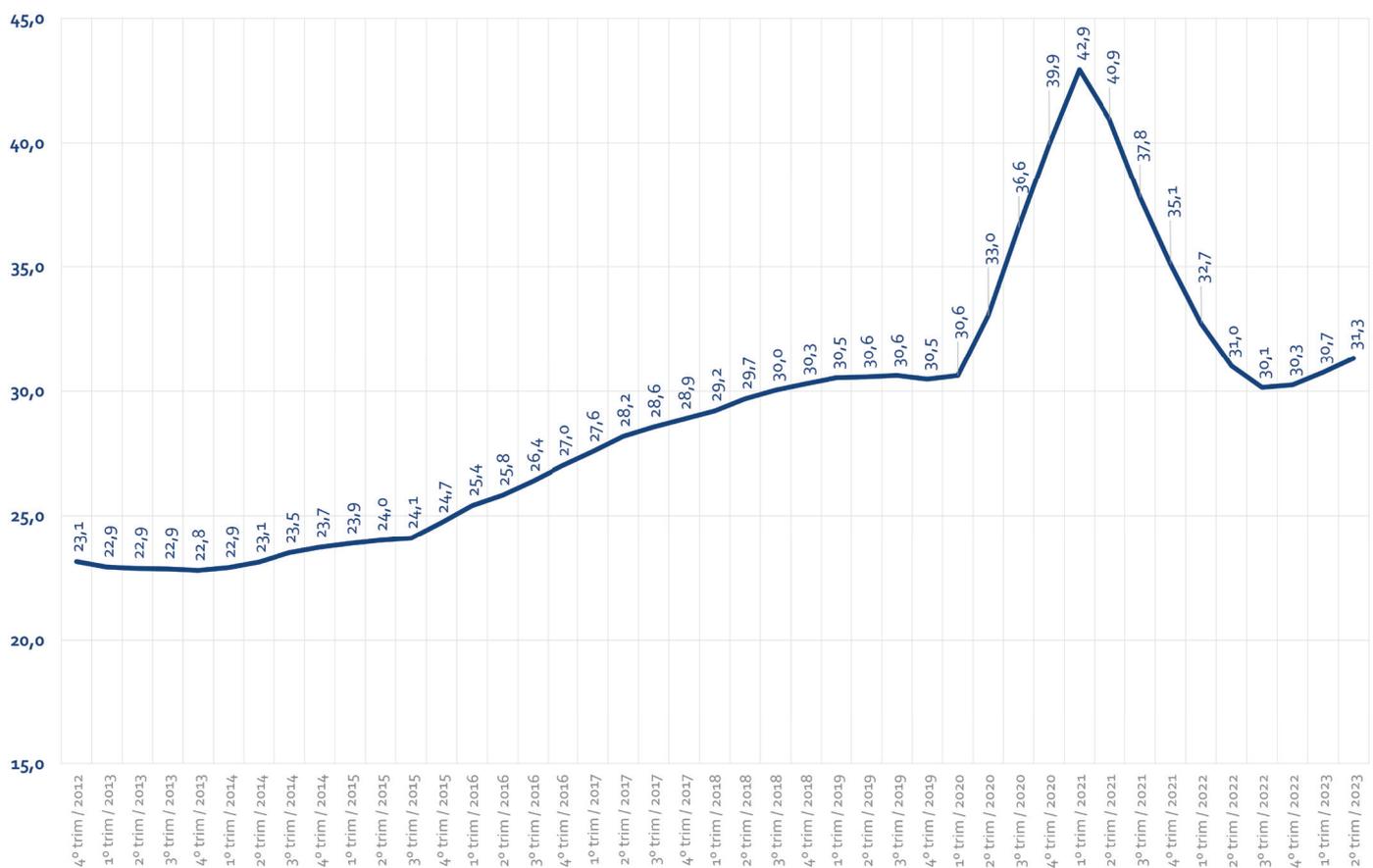


FIGURA 12: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

figura 12⁶. Apesar de alguma oscilação no começo da série histórica, no 4º trimestre de 2013 essa razão era de 22,8 (a menor de toda a série histórica) e alcançou a razão de 24,1 no 3º trimestre de 2015. Isso significa que nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 24 vezes mais do que a população da base da distribuição. A partir do 3º trimestre de 2015 passou a ocorrer elevação suave e contínua da razão de rendimento até o 1º trimestre de 2019, quando essa razão passou a se estabilizar, porém em patamar mais elevado - nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 30,5 vezes mais que a população da base da distribuição.

Do 1º trimestre de 2020 até o último trimestre daquele ano, a razão de rendimento passou a se elevar novamente, mas de maneira abrupta. A razão no começo de 2020 era de 30,6 e alcançou o patamar de 42,9 no 1º trimestre de 2021. Ao longo de 2021 e 2022 essa razão de rendimentos teve comportamento de redução e alcançou o valor de 30,1 no 3º trimestre de 2022, porém voltou a crescer e no trimestre mais recente alcançou 31,3, valor mais alto registrado fora do período pandêmico. Isso demonstra que, assim como apresentado no coeficiente de Gini, os indicadores

de desigualdade voltaram a patamares anteriores da pandemia. Porém, ao longo de 2023, o comportamento tem sido de crescimento.

Na figura 13, são apresentadas as razões de rendimento entre os 10% do topo da distribuição e os 40% da base da distribuição para cada uma das regiões metropolitanas brasileiras nos 2º trimestres de 2022 e 2023. Para o conjunto das regiões metropolitanas ocorreu uma elevação de 1% da razão de rendimento no período, chegando a uma razão de rendimentos de 31,3. Isso significa que os 10% do topo da distribuição de renda ganhavam, em média, 31,3 vezes mais que os 40% da base da distribuição. Em 14 das 22 regiões metropolitanas, se registraram aumentos da razão de rendimentos entre os 2º trimestres de 2022 e 2023. O maior crescimento foi registrado na Região Metropolitana da Grande São Luís, em que houve um crescimento de 38,0%, enquanto a maior queda foi registrada na Região Metropolitana de João Pessoa (-12,5%). As cinco Regiões Metropolitanas com as maiores razões de rendimento no 2º trimestre de 2023 foram, em ordem crescente, Recife [37,1], João Pessoa [38,5], Salvador [39,6], Natal [40,0] e Aracaju [43,7]. No extremo oposto, as Regiões Metropolitanas em que a razão de rendimentos no 2º trimestre de 2023 apresentavam os menores níveis eram, em ordem decrescente, Macapá [21,6], Goiânia [19,9], Curitiba [19,8], Florianópolis [19,0], e Vale do Rio Cuiabá [17,9].

6 A fim de garantir maior estabilidade na medida, utilizamos as médias móveis (4 trimestres) para o cálculo da razão de rendimentos.

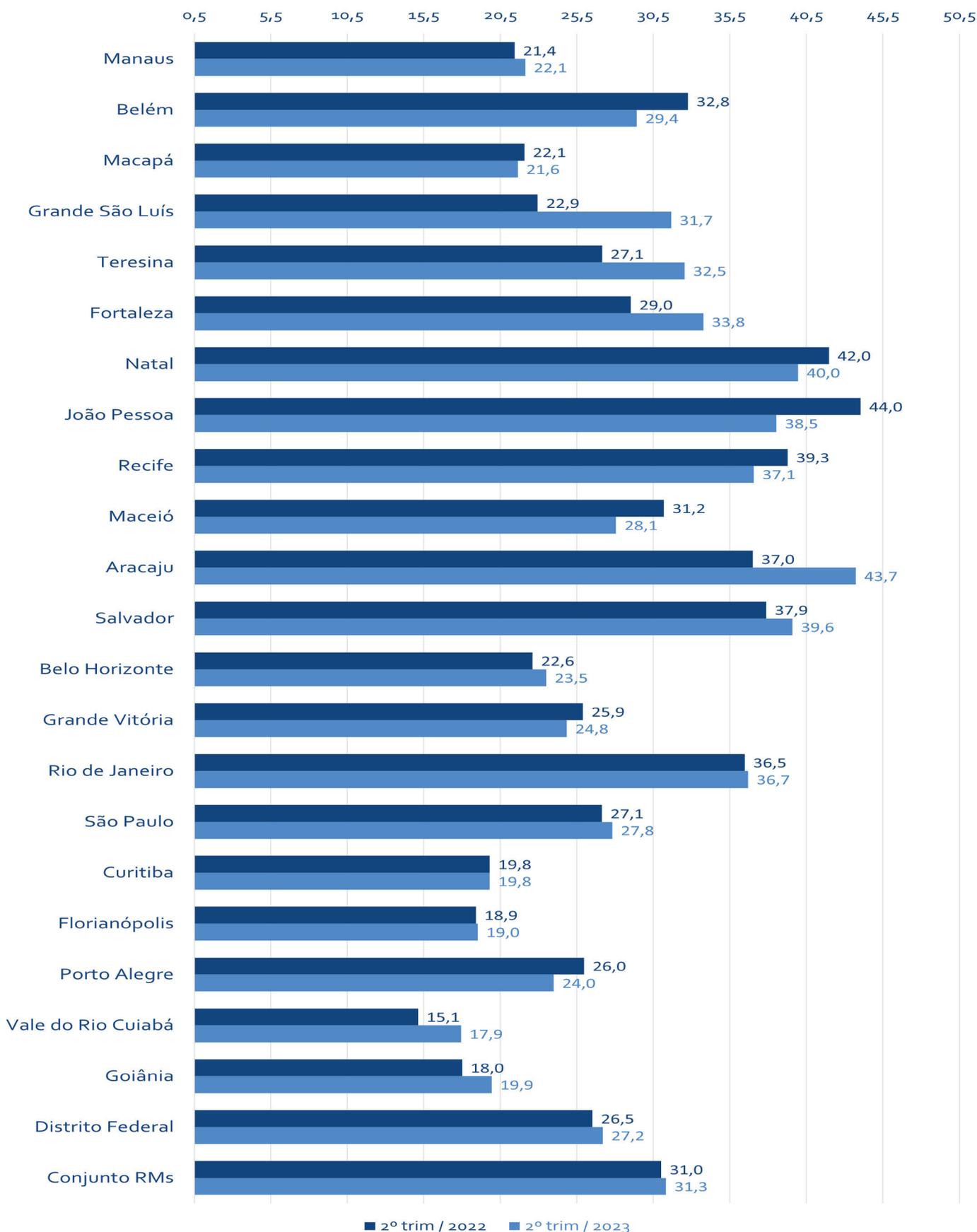


FIGURA 13: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

04 RENDIMENTOS ABAIXO DE ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO

Nesta seção, são apresentados os dados relativos à parcela da população que vive em domicílios com rendimentos per capita do trabalho de até um quarto do salário-mínimo e que, portanto, está mais sujeita a situações de vulnerabilidade social. Tomamos como referência o valor do salário-mínimo de cada trimestre/ano, tendo sido corrigido pelo mesmo deflator de preços que aplicamos aos rendimentos nas seções anteriores.

Na figura 14, está exposta a evolução do percentual de indivíduos com renda de até ¼ do salário-mínimo para o conjunto das regiões metropolitanas. Entre o 1º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2015, essa proporção oscilou em patamares acima de 17% e abaixo de 20%. Entre o 1º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2019, sofreu pequenas elevações, flutuando acima de 21% e abaixo de 24%. A partir do 1º trimestre de 2020, essa proporção sofreu um crescimento expressivo, chegando ao valor mais alto da série histórica, 29,5%, no 3º trimestre de 2020. A partir daí, essa taxa teve flutuações, mas em uma tendência de redução até atingir 22,4%, no 4º trimestre de 2022. Nos dois trimestres seguintes, essa taxa voltou a crescer e atingiu 24,2% no trimestre mais recente. Isso significa que 24,2% dos moradores das metrópoles estavam em

domicílios cuja renda média per capita do trabalho era de até ¼ do salário-mínimo, correspondente a quase ¼ da população metropolitana.

Na figura 15, há um gráfico semelhante ao anterior, mas em termos absolutos, considerando o número de indivíduos vivendo em domicílios com renda de até ¼ do salário-mínimo per capita. A evolução histórica dessa curva já foi descrita no gráfico anterior, mas, em relação às alterações ocorridas durante o período da pandemia, verificamos que no 1º trimestre de 2020 tínhamos 19,4 milhões de pessoas vivendo em domicílios cuja renda per capita de até ¼ do salário-mínimo no conjunto das metrópoles. Essa cifra subiu abruptamente para 24,5 milhões, no 3º trimestre de 2020. A partir de então, a tendência foi de queda, chegando a 19,8 milhões, no 4º trimestre de 2021. Apesar da flutuação verificada nos trimestre do ano de 2022, se verificou aumento do numérico de pessoas vivendo em domicílio com renda per capita de até ¼ do salário-mínimo, registrando, no 2º trimestre de 2023, o total de 20,5 milhões.

Na figura 16, são apresentadas as médias móveis do percentual de indivíduos vivendo em domicílio com rendimento per capita de até ¼ do salário-mínimo, para cada uma das regiões metropolitanas, nos 2º trimestres de 2022 e 2023. Assim como os outros indicadores de desigualdade de renda, no conjunto

das regiões metropolitanas foi registrado um aumento no percentual de pessoas em vulnerabilidade social naquele período.

A proporção de pessoas vivendo com rendimentos de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo se manteve mais elevada nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste e mais baixa nas regiões metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Os maiores percentuais de indivíduos vivendo em domicílios com rendimento per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, no 2º trimestre de 2023, foram registradas nas Regiões Metropolitanas de Grande São Luís [37,0%], Natal [36,1%], João Pessoa [35,6%], Recife [35,6%] e Salvador [35,2%], todas regiões metropolitanas do Nordeste. No outro extremo, as Regiões Metropolitanas que registraram as menores proporções foram, em ordem decrescente, Belo Horizonte [17,9%], Curitiba [17,6%], Distrito Federal [16,2%], Florianópolis [15,8%] e Goiânia [15,6%].

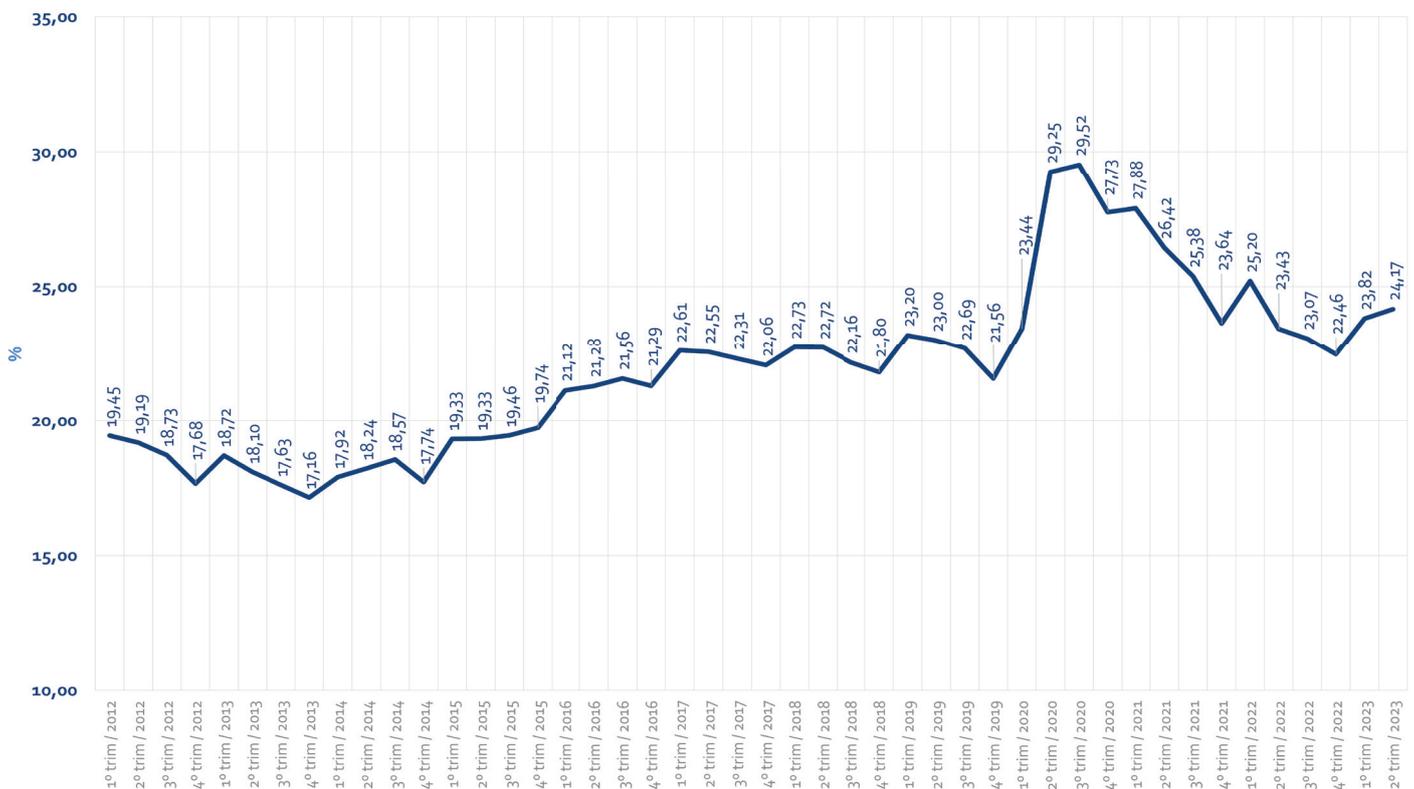


FIGURA 14: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário-mínimo - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

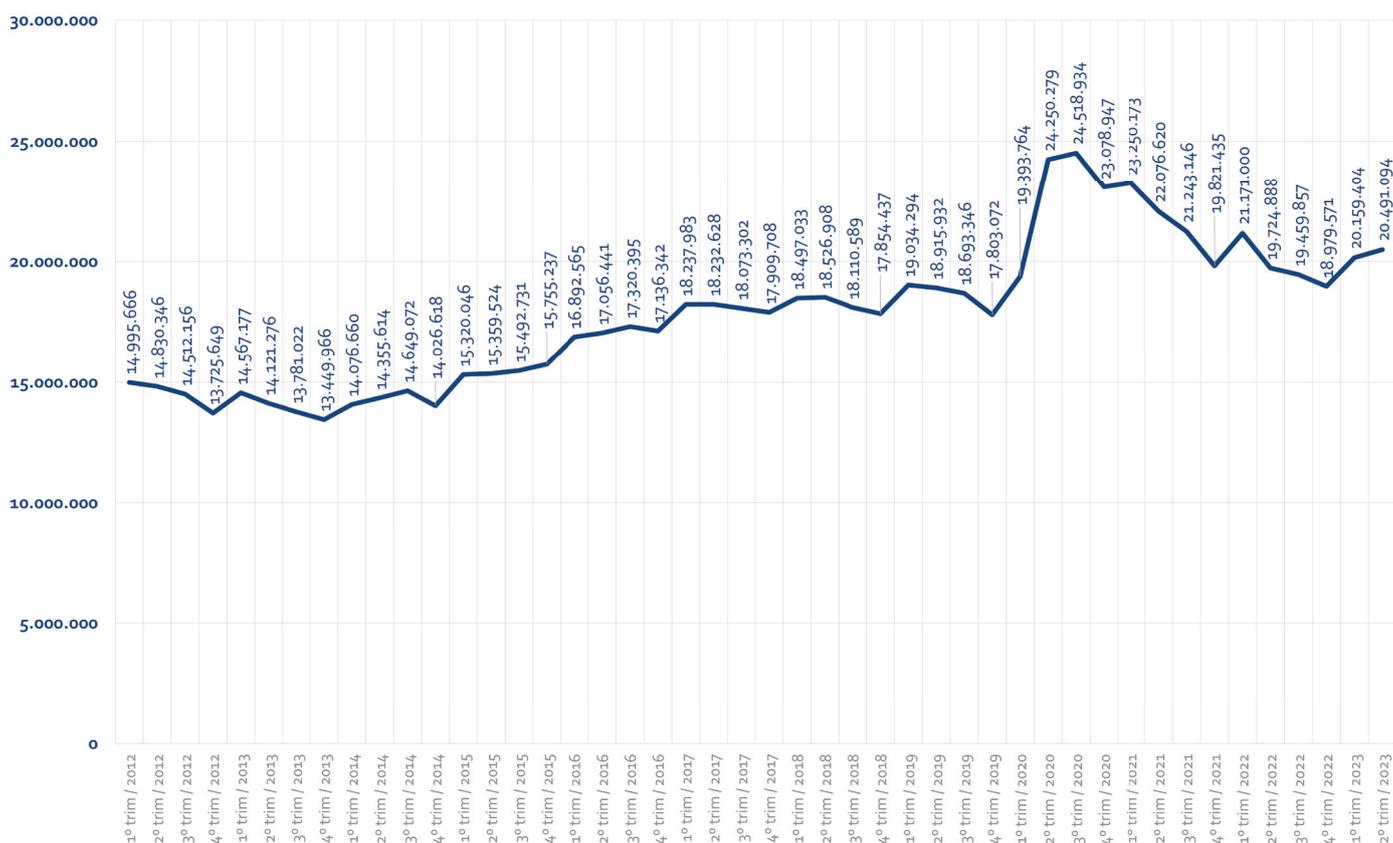


FIGURA 15: Número de Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário-mínimo - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).

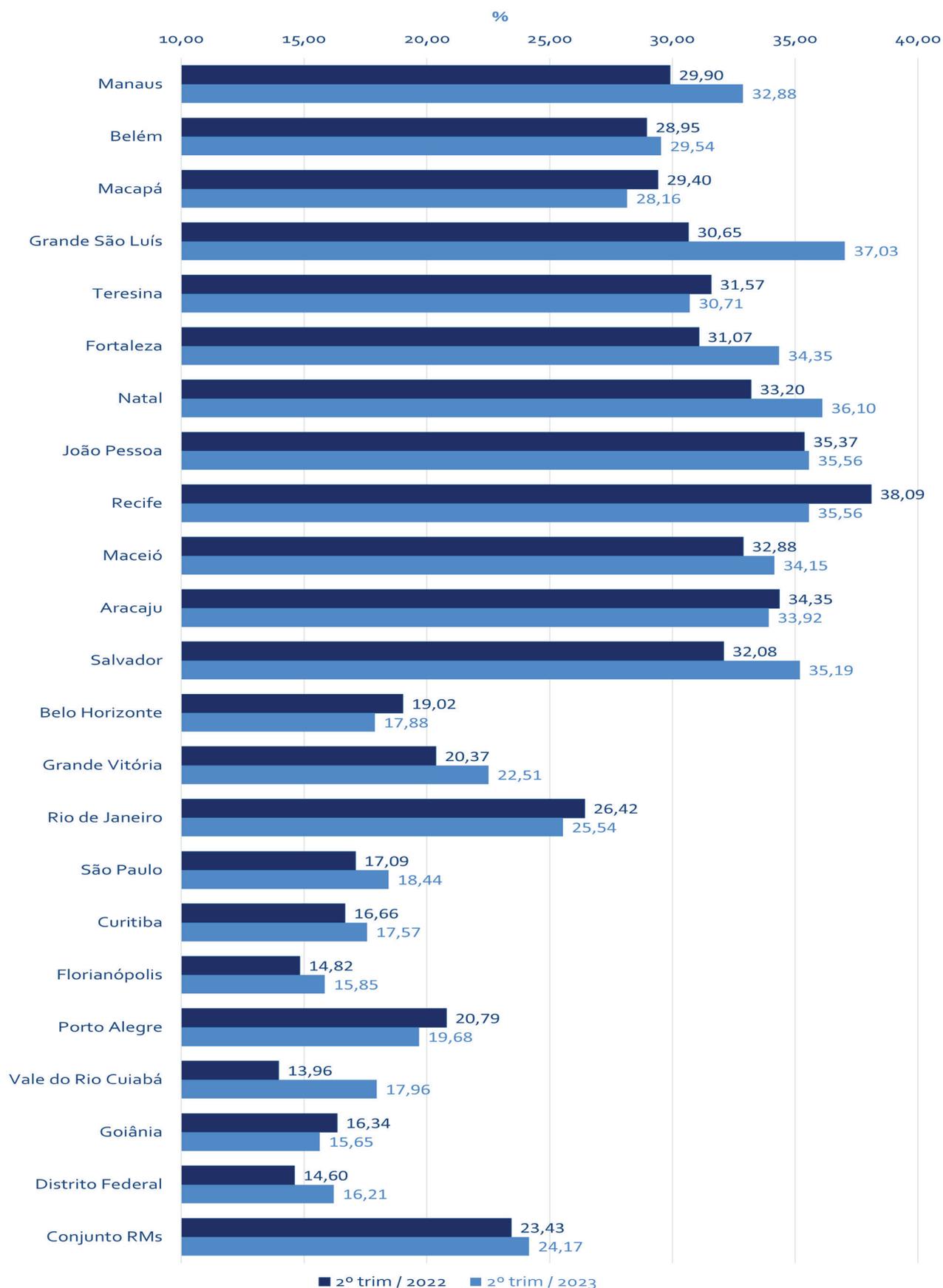


FIGURA 16: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário-mínimo - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2023 / IPCA).



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PUCRS | LABORATÓRIO DE DESIGUALDADES, POBREZA
E MERCADO DE TRABALHO - DATA SOCIAL



**Red
ODSAL**

Red de Observatorios de la Deuda
Social en América Latina desde sus
Universidades Católicas